



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

SUPERANDO O COTIDIANO E TRAÇANDO CAMINHOS: UMA SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL DA MATERNIDADE SANTA TEREZINHA EM CAUCAIA/CE

Meyrilane Barros de Moraes¹

Agelane Rocha Façanha²

Solange Pedreira³

Ana Joyce de Alencar Fernandes Reis⁴

Maria Ernestina Pinheiro Vieira⁵

Resumo: Este artigo apresenta a sistematização da prática desenvolvida pelas assistentes sociais da Maternidade Santa Terezinha ao longo do ano de 2018. Relata-se o histórico da instituição empregadora e o gênese e consolidação do Serviço Social na mesma. As atividades profissionais realizadas são refletidas com aquelas apontadas nos Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.

Palavras-chave: Sistematização. Serviço Social. Atuação Profissional

Abstract: This article presents the systematization of the practice developed by the social workers of the Santa Terezinha Maternity throughout the year 2018. The history of the employer institution, in the genesis and consolidation of Social Work in it is reported. The professional activities carried out are reflected with those pointed out in the parameters for the performance of Social Assistants in Health Politic.

Keywords: Systematization. Social Work. Professional Performance.

1 INTRODUÇÃO

Para Almeida (2008), o Serviço Social brasileiro alcançou destaque dentre as profissões liberais por conseguir, ao longo da história, "forjar uma série de procedimentos de registros e avaliação das suas atividades". Contudo, esta mesma regularidade, não teve a mesma intensidade e relevância no âmbito da dimensão investigativa da profissão quando se comparam os assistentes sociais aos profissionais pesquisadores das diversas áreas das ciências sociais.

¹ Profissional de Serviço Social, Hospital e Maternidade Santa Terezinha, E-mail: meyrimbmoraes@gmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Hospital e Maternidade Santa Terezinha, E-mail: meyrimbmoraes@gmail.com.

³ Profissional de Serviço Social, Hospital e Maternidade Santa Terezinha, E-mail: meyrimbmoraes@gmail.com.

⁴ Profissional de Serviço Social, Hospital e Maternidade Santa Terezinha, E-mail: meyrimbmoraes@gmail.com.

⁵ Profissional de Serviço Social, Hospital e Maternidade Santa Terezinha, E-mail: meyrimbmoraes@gmail.com.

Para ele não se conseguiu no serviço social brasileiro tecer uma cultura profissional alimentada diretamente, ou que destacasse as atividades investigativas, no âmbito dos processos de sistematização do seu trabalho cotidiano, nas diversas formas de inserção da categoria, nos seus espaços sócio-ocupacionais, fortalecendo-se esta prática investigativa, quase que exclusivamente no âmbito acadêmico.

Segundo o autor, para a sistematização se configurar como um elemento fundamental do trabalho do assistente social, ela não deve ser composta apenas pela geração de dados e informações, mas ser um processo que envolva “a produção, organização e análise dos mesmos a partir de uma postura crítico-investigativa” (ALMEIDA, 2008, p.04).

Reconhecendo esses desafios e evitado pelas dificuldades apresentadas pelo autor, este trabalho traz uma reflexão sobre as atividades realizadas no ano de 2018 pelo Serviço Social da Maternidade Santa Terezinha, localizada no município de Caucaia, estado do Ceará.

Para tanto, inicia-se historicizando a fundação do espaço sócio-ocupacional e a gênese da profissão no mesmo até a configuração do quadro de profissionais no ano de 2018. Esta construção se deu a partir da história oral de pessoas que vivenciaram estes momentos.

Posteriormente, passa-se a apresentar as demandas, ações, atividades e respostas desenvolvidas pelo Serviço Social à luz dos Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Saúde, publicados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2010.

Este texto inaugura uma tentativa de sistematização da prática pelos profissionais da referida instituição.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA REALIDADE

O Hospital e Maternidade Santa Terezinha é uma unidade pública de saúde, mantida através de recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS), está localizada na cidade de Caucaia, estado do Ceará. O referido município compõe a Região Metropolitana de Fortaleza, possui uma extensão territorial de 1.227,9 km² e uma população de 362.223 habitantes, segundo dados do IBGE (2017).

De acordo com a história oral de alguns funcionários antigos, ele foi criado em 2001, inicialmente abrigando algumas equipes do Programa de Saúde da Família (PSF)⁶ e realizando partos normais. Em 2009 a unidade de saúde passa a funcionar numa nova

⁶ Programa criado em 1994, atualmente denomina-se Estratégia de Saúde da Família (ESF), sendo responsável pela execução de ações de atenção primária em saúde, sobretudo, aquelas preventivas.

estrutura física, localizada em frente à antiga, prestando atendimentos de urgência e emergência clínica e de obstetrícia, realizando partos normais e cesarianas.

Ainda segundo os relatos, esta forma de atendimento iniciada em 2009 perdurou até 2015, quando houve o fechamento do serviço de urgência e emergência clínica. Vários fatores teriam contribuído para tal fato, dentre eles, a inadequada estrutura física do local, recursos humanos e materiais insuficientes e a insegurança pública do território de localização do hospital, o que frequentemente o deixava os profissionais e o serviço em situação de extrema vulnerabilidade de segurança. Ressalta-se que esta demanda de atendimento passou a ser conduzida para o Hospital Municipal Dr. Abelardo Gadelha da Rocha⁷ e pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA) que havia sido inaugurada em 2012.

De 2015 aos dias atuais, a unidade funciona 24 horas por dia, exclusivamente para atendimentos em obstetrícia, oferecendo atendimentos de atenção secundária, que, conforme Erdmann (2013), é o nível de atenção composto por serviços especializados, de caráter ambulatorial e hospitalar, com requerimento de densidade tecnológica intermediária entre a atenção primária e terciária. Ainda segundo o autor, neste nível de atenção, inclui-se os serviços médicos especializados, de apoio terapêutico, diagnóstico e atendimento de urgência e emergência.

O atendimento ambulatorial realizado na maternidade ocorre através do encaminhamento das usuárias pela atenção primária de saúde, sendo realizados atendimentos médico-ginecológico, consultas de pré-natal de alto risco e de adolescentes e atendimentos de cirurgia ginecológica.

O serviço de apoio terapêutico e diagnóstico materializa-se na realização de exames pelo laboratório de patologia clínica, serviço de ultrassonografia e cardiotocografia⁸.

O referido equipamento de saúde é a maternidade pólo da 2ª Região de Saúde⁹ do estado do Ceará, que tem a cidade de Caucaia como sede, sendo referência em urgência e emergência em obstetrícia, tanto para a população do município sede, como para a dos municípios de Apuiarés, General Sampaio, Itapajé, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Tejuçuoca, que somam uma população de 593.902 habitantes da região de saúde.

⁷O Hospital Municipal Abelardo Gadelha da Rocha foi inaugurado em 1991, durante a gestão da Prefeita Municipal Yara Guerra. É referência em atendimentos da clínica médica, traumatologia e ortopedia e pediatria.

⁸ Exame que consiste no registro gráfico dos batimentos cardíacos fetais e níveis de contrações uterinas.

⁹De acordo com o Decreto 7.508 de 28 de Junho de 2011, que regulamenta a Lei 8.080, a Região de Saúde define-se como o “espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde”.

O acesso das usuárias residentes em Caucaia ao serviço de urgência e emergência se dá por demanda espontânea, já daquelas residentes nos demais municípios da região de saúde ocorre através da Central de Regulação de Leitos¹⁰ do governo do estado.

Para o atendimento de urgência e emergência em obstetrícia são disponibilizados dois profissionais de enfermagem, sendo um para o acolhimento com classificação de risco¹¹ e outro para atendimento no centro obstétrico; quatro profissionais de medicina, sendo dois ginecologistas-obstetras, um anestesiólogo e um neonatologista; e quatro técnicos em enfermagem. Em relação à estrutura física, o referido atendimento possui uma sala de acolhimento, um consultório médico, oito leitos de pré-parto, uma sala para parto normal e um centro cirúrgico.

Apesar do estabelecimento territorial da região de saúde, no ano de 2018 identificou-se, a partir da análise dos Relatórios Quadrimestrais, a realização de partos de moradores das cidades de Fortaleza, Boa Viagem, Jaguaribara e Maracanaú, totalizando 3.783 partos no ano em análise.

3 GÊNESE E CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA MATERNIDADE SANTA TEREZINHA

Segundo os relatos orais, o Serviço Social esteve presente na instituição desde o início de seu funcionamento. Porém, esta inserção se dava de modo incipiente, tanto pelo baixo quadro de profissionais, como pela ausência de espaço físico adequado e exclusivo para o atendimento aos usuários do setor.

Podemos identificar uma significativa mudança no quadro de profissionais do Serviço Social da Maternidade Santa Terezinha quando a gestão municipal, tendo a frente o Prefeito Washington Luiz de Oliveira Gois, que governou a cidade por dois pleitos consecutivos, dos anos de 2009 a 2016, lança em agosto de 2009 um edital de concurso público para o provimento de 2.882 cargos efetivos no âmbito da administração pública municipal.

No referido edital estavam previstas trinta e uma vagas para o cargo de Assistente Social, sendo que destas, vinte e três seriam destinadas a administração municipal, duas destinadas ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), três aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e três vagas para o Programa de Saúde da Família (PSF) Indígena¹².

¹⁰A Central de Regulação de Leitos funciona 24 horas, em turnos de 12 horas, formada por uma equipe composta por Coordenador, médico regulador, supervisor e vídeofonistas. O principal objetivo é regular as “referências” de procedimentos hospitalares e ambulatoriais entre os municípios do Estado do Ceará, tendo como base pactos, acordos e protocolos estabelecidos pela região de saúde.

¹¹ De acordo com a Política Nacional de Humanização, lançada em 2003 pelo Ministério da Saúde.

¹² Neste período a saúde indígena era responsabilidade da administração pública municipal. Somente em 2010, com a Lei 12.314, a atenção básica do Departamento de Saúde Indígena foi transferido para o Ministério da Saúde, tornando-se responsabilidade do Governo Federal.

Das profissionais destinadas a administração municipal, quatro delas foram lotadas na Maternidade e se somaram a outras duas assistentes sociais, que já desenvolviam suas funções no equipamento de saúde e que ingressaram no serviço público municipal através de concurso público, realizado em 1998. Posteriormente, quando a saúde indígena passa à gestão federal, o município realiza um processo de 'relocação' dos profissionais efetivos vinculados a esta área e uma profissional de Serviço Social é remanejada para a maternidade.

Neste processo de reorganização, o Serviço Social passou a ter uma sala exclusiva e as profissionais trabalhavam em sistema de escala, realizando plantões de doze ou vinte e quatro horas.

Em 2016 um novo concurso público foi realizado na esfera municipal e, desta vez, foram destinadas oito vagas para o cargo de assistente social. O referido processo seletivo, embora tenha sido completamente finalizado no ano de sua abertura, somente convocou os profissionais aprovados em abril de 2017. Neste ano, três profissionais foram lotadas na Maternidade Santa Terezinha, duas advindas do novo certame e uma que foi transferida através de remoção interna, mas que fazia parte do quadro de pessoal do município através do concurso de 2009.

Registramos que em 2017 se inicia uma nova gestão no âmbito do governo municipal, assumindo como Prefeito Municipal o Sr. Naumi Gomes de Amorim (PMB). A eleição municipal de 2016 foi considerada um marco, pois foi a primeira vez na história do município que a decisão para o cargo de prefeito ocorreu numa disputa em 2º turno.

As mudanças no âmbito da administração municipal refletiram no equipamento de saúde em análise. Os cargos de direções foram ocupados por novos profissionais. Transformações ocorreram também no Serviço Social que, após anos sem coordenação, passou a ter uma coordenadora. Juntamente com esta e a contratação temporária de uma profissional, a equipe de Serviço Social da unidade contabilizou doze profissionais.

A partir de então foi observada a superação de alguns desafios postos e conquistadas algumas melhorias importantes à prática dos profissionais, a saber: obtenção de um espaço físico adequado, a acomodação dos profissionais e atendimento aos usuários, realinhamento e redefinição das competências profissionais, melhor caracterização da prática do Serviço Social junto à equipe multiprofissional, estabelecimento de fluxos de atendimento junto ao Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes, elaboração e atualização dos instrumentais técnico-operativos, dentre outros.

Em 2018 a maternidade recebe o aporte de mais duas assistentes sociais. Essas profissionais, que foram admitidas através do concurso de 2016, foram remanejadas da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que passou a ser gerenciada por uma organização social.

Desta forma, o Serviço Social da Maternidade Santa Terezinha finaliza o ano de 2018 com quatorze profissionais no seu quadro de pessoal. É neste ano que o setor consegue realizar uma organização da prática profissional de forma mais consistente e inaugura a realização da quantificação das atividades desenvolvidas.

4 O FAZER PROFISSIONAL: REFLETINDO SOBRE O COTIDIANO

De acordo com os “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde” (CFESS, 2010), o objetivo do Serviço Social na área da saúde é a compreensão dos determinantes sociais, econômicos e culturais que interferem no processo saúde-doença, buscando estratégias político-institucionais para o enfrentamento dessas questões.

Segundo o referido documento, a atuação dos assistentes sociais na área na saúde está organizada a partir de quatro grandes eixos, a saber: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; e assessoria, qualificação e formação profissional.

O eixo de atendimento direto ao usuário incorpora as ações socioassistenciais, ações de articulação com a equipe de saúde e as ações socioeducativas. É vinculada a esse eixo que estão a quase totalidade das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social da Maternidade Santa Terezinha.

As principais demandas recepcionadas são solicitações de informações e/ou orientações sobre exames e consultas, informações sobre as gestantes em trabalho de parto, solicitação de transporte para as puérperas residentes nos outros municípios da região de saúde, reclamações do atendimento e/ou não atendimento recebido, solicitação de auxílio funeral, solicitação e/ou autorização de acompanhantes, liberação de visitas extras, dentre outras. Estas demandas foram responsáveis pela realização de 12.471 atendimentos realizados em sala durante o ano de 2018.

Observamos que as demandas apresentam caráter emergencial e, ao longo do tempo, o Serviço Social foi assumindo demandas burocráticas, assimilando como de sua competência. Estes fatores têm dificultado a categoria assumir “uma direção socioeducativa por meio da reflexão com relação às condições sócio-históricas a que são submetidos os usuários (...)”, conforme direciona os parâmetros de atuação dos assistentes sociais na política de saúde.

Contudo, a categoria no espaço sócio-ocupacional em estudo, tem desempenhado seu papel de potencialização das orientações sociais, objetivando a ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais, conforme o documento citado anteriormente. Em 2018 foram realizadas vinte mil e quarenta e três visitas aos quarenta e seis leitos da maternidade.

Nestas visitas são realizadas orientações sociais acerca do registro de nascimento civil, direitos previdenciários, direitos das crianças e adolescentes, direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e acesso à política de saúde. Nestas visitas, identifica-se ainda a garantia ao direito ao acompanhante, manifestações de interesse de entrega da criança à adoção e demandas relacionadas à saúde mental das puérperas.

Ainda no âmbito das ações socioassistenciais, os Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Saúde, dentre outras, elenca as seguintes ações: “democratizar as informações por meio de orientações (individuais e coletivas) e/ou encaminhamento quanto aos direitos sociais da população usuária” (CFESS, 2010, p. 42). Destacamos que tal ação foi executada, tanto através das orientações acima apontadas, como através da realização de seis palestras e trinta e um encaminhamentos sociais. As palestras abordaram a temática dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, sobretudo, a dimensão do planejamento familiar e a realização de laqueaduras tubárias, procedimento frequentemente requisitado no serviço. Os encaminhamentos ocorreram principalmente para a rede socioassistencial, como mecanismo de viabilização de acesso a direitos sociais. Destacamos que a realização de encaminhamentos sociais assegura ainda a execução de outras ações previstas no citado documento.

Outra ação socioassistencial indicada nos parâmetros é “construir o perfil socioeconômico dos usuários, evidenciando as condições determinantes e condicionantes de saúde (...)” (CFESS, 2010, p. 43). A referida ação objetiva “possibilitar a formulação de estratégias de intervenção por meio da análise socioeconômica (...) e familiar dos usuários, bem como subsidiar a prática dos demais profissionais de saúde” (CFESS, 2010, p. 43). Para tanto, elaboramos a Ficha de Admissão e Acompanhamento Social, que além de dados de identificação pessoal, busca conhecer a situação socioeconômica e as condições de acesso às políticas públicas da usuária. Ela deve ser utilizada no atendimento a todas as usuárias que permanecem em internação hospitalar. Em 2018, foram preenchidas três mil cento e seis fichas.

Verificamos que apesar da significativa utilização da ficha social, os dados obtidos através dela não têm sido sistematizados nem subsidiado estudos socioeconômicos. As informações ficam restritas aos prontuários das usuárias.

No ano em análise foram concedidos cinquenta e três auxílios funerais¹³ e elaborados quarenta e cinco relatórios sociais.

A partir da análise das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social identificamos o privilégio da execução das ações diretas com os usuários, caracterizando a definição que Netto (1990) trouxe à categoria de executores terminais da política social. Esta análise não

¹³ Benefício eventual da política de Assistência Social previsto na Lei Nº 8.742, que dispõe sobre a organização da política de Assistência Social.

identificou ações desenvolvidas nos outros eixos de atuação dos assistentes sociais na área da saúde, exceto a supervisão de estagiários de Serviço Social, que compõe ações previstas no eixo de assessoria, qualificação e formação profissional.

Ressaltamos a impossibilidade de afirmar neste estudo se ações dos demais eixos de fato não foram executadas ou se houve um subregistro das mesmas, já que os registros das ações realizadas são feitos nos denominados livros de ocorrências, também utilizados como instrumento de comunicação entre os profissionais e através do instrumental de estatísticas, que objetiva quantificar as atividades realizadas por cada profissional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho trouxe a possibilidade de reflexão sobre nosso fazer profissional, que tem sido tão caro diante de um cenário que geralmente exige de nós respostas profissionais imediatas e que nos torna mecanicistas e burocratas.

Como afirma Almeida (2008), a sistematização no trabalho do assistente social reconecta os profissionais com sua dimensão intelectual, tendo em vista que proporciona uma reflexão teórica, revigorando e atualizando o estatuto teórico da profissão.

A partir desta sistematização podemos identificar que ao longo da trajetória do Serviço Social na Maternidade Santa Terezinha, houve avanços para a categoria que conquistou condições dignas de trabalho e disponibiliza de um quadro técnico numericamente expressivo e majoritariamente com vínculo empregatício efetivo. Ressalta-se que em decorrência de um processo de luta coletiva, todas as profissionais têm carga horária de 30 horas semanais.

Neste sentido, reconhecemos que se faz necessária uma dinamização das atividades realizadas, possibilitando, além das ações socioassistenciais, o desenvolvimento de ações de articulação com a equipe e ações socioeducativas, conforme elenca os Parâmetros para Atuação de assistentes Sociais na Política de Saúde.

Se no âmbito do atendimento direto aos usuários visualizamos desafios, estes são ainda maiores quando refletimos sobre a mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; e assessoria, qualificação e formação profissional, demais eixos de atuação previstos nos parâmetros. Porém, reconhecemos que importante passo foi dado ao nos propormos a elaboração deste trabalho, pois, de acordo com Almeida (2008) “a sistematização de seu trabalho não só auxilia o próprio reconhecimento pelo Serviço Social dos limites, dos avanços e da contribuição efetiva de sua atuação, como pode se tornar um componente importante de sua visibilidade social e institucional” (ALMEIDA, 2008, p. 05).

Desta forma, concluímos esta reflexão com muito mais inquietações e anseios em resgatarmos o trabalho interdisciplinar, a ênfase nas abordagens grupais, o estímulo à participação popular, dentre outras demandas exigidas ao Serviço Social, pelo projeto de reforma sanitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática “sistematização da prática” em Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Opas: OMS: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: http://fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-2.pdf. Acesso em 19/06/2019.

BRASIL. Diário Oficial da União. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília DF, 29 de junho de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm. Acesso em: 19/06/2019.

BRASIL. Diário Oficial da União. Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010. Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; revoga dispositivos da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003; e dá outras providências. Brasília DF, 19 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12314.htm. Acesso em: 20/06/2019.

CEARÁ. Plano Diretor de Regionalização (PDR do Estado do Ceará - 2014). Regulamenta o processo de regionalização da assistência à saúde da população. Disponível em: <https://www.saude.ce.gov.br/download/revisao-do-plano-diretor-deregionalizacao-das-acoes-e-servicos-de-saude-pdr-do-estado-do-ceara-2014/>. Acesso em: 20/06/2019.

CFESS. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde. Brasília: CFESS, 2010. (reimpr.). Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf Acesso em: 21/06/2019.

Erdmann AL, Andrade SR, Mello ALSF, Drago LC. A atenção secundária em saúde: melhores práticas na rede de serviços. Revista Latino-Americana de Enfermagem [Internet]. jan.-fev. 2013 [acesso em: 20/06/2019] 21(Spec):[08 telas]. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v21nspe/pt_17.pdf Acesso em: 18/06/2019.

IBGE. Censo Populacional 2015. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 19/06/2019.

NETTO. José Paulo. Democracia e Transição Socialista: escritos de teoria e política. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.